

RECURSO ESPECIAL Nº 1.660.204 - RS (2017/0055494-7)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : UNIMED NORDESTE RS SOCIEDADE COOP DE SERV MÉDICOS LTDA
ADVOGADOS : CÁSSIO AUGUSTO VIONE DA ROSA - RS050660
THIAGO FERRARINI FABIAN - RS086944
MICHAEL LEMES DE ANDRADE E OUTRO(S) - RS102136
RECORRIDO : DIONE DRUM MOMO LUCIANO
ADVOGADO : ANDRE RAMOS CARDOSO - RS065562
ADVOGADOS : ALEXANDRA VILLA DALL ONDER - RS063055
KARINE FARINA PERBONI E OUTRO(S) - RS083666

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. ART. 1.022, I e II, DO CPC. EXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO ESTADUAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Consoante o previsto no art. 1.022, I e II, do CPC, são cabíveis embargos de declaração apenas nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão atacado, bem assim para corrigir-lhe erro material.

2. Não tendo o Tribunal *a quo* apreciado a questão suscitada pelo recorrente em sede de embargos de declaração, não obstante a relevância da questão, merece acolhida a insurgência recursal.

3. Recurso especial provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por UNIMED NORDESTE RS SOCIEDADE COOP DE SERV MÉDICOS LTDA., com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim ementado (fl. 218):

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. PLANO DE SAÚDE. APLICABILIDADE DO CDC. DESPESAS COM MATERIAIS E HONORÁRIOS MÉDICOS. PROCEDIMENTO AUTORIZADO. NEGATIVA DE COBERTURA. IMPOSSIBILIDADE.

Aplicáveis as normas previstas no CDC aos seguros do segmento Planos de Saúde. Súmula 469 do STJ.

Tratando-se de relação de consumo, as cláusulas contratuais devem ser interpretadas da forma mais favorável ao consumidor, nos termos do art.

47 do CDC.

A parte ré autorizou o procedimento com o médico indicado. Assim, é devido o ressarcimento dos valores despendidos pela parte autora com honorários médicos e despesas hospitalares.

DERAM PROVIMENTO AO APELO.

Opostos embargos de declaração, pela parte ora recorrente, foram esses rejeitados - (fls. 250-254).

Já quanto ao embargos de declaração opostos pela parte ora recorrida foram esses últimos acolhidos apenas para suprir a omissão quanto à incidência da correção monetária e juros sobre os honorários advocatícios - (fls. 255-259).

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente, violação dos artigos 1.022, I, e 489, II, §1º, IV, ambos do CPC, aduzindo que o Tribunal recorrido, deixou de observar o pedido constante da letra "c" das contrarrazões de apelação (fls. 205-210), e reiterado nos embargos de declaração (fls. 235-238), qual seja, o reconhecimento do seu direito de ver-se ressarcida perante os profissionais que realizaram de forma indevida e ilícita tais cobranças, já que os valores de R\$ 6.000,00 e R\$ 500,00 foram por eles - **profissionais de saúde que atenderam à paciente - diretamente cobrados, à revelia da recorrente, sem qualquer ingerência, influência ou anuência da recorrente**, questão essa que considera fundamental à demanda subjacente, furtando-se, dessa forma, o Tribunal de prestar a devida prestação jurisdicional à recorrente.

Obtempera ainda que foi por estas razões que, em sede defesa, postulou, inclusive, a denunciação à lide - ou, alternativamente, a inclusão dos ditos profissionais no polo passivo - na medida em que são os únicos capazes de esclarecer as cobranças, bem como os únicos responsáveis pelas referidas cobranças.

E, assim, pleiteia a declaração de nulidade do acórdão para que os autos retornem ao segundo grau de modo a possibilitar ao órgão fracionário a manifestação acerca do ponto acima em questão.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 282-294.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 296-299).

É o relatório.

DECIDO.

2. Com razão a parte recorrente.

Sobre o ponto em questão o Tribunal limitou-se a assentar:

E a Sentença pecou em não decretar o ressarcimento total das despesas com a cirurgia, porque a ré autorizou o procedimento com o médico que cobrou seus honorários, fls. 45/46.

Além do que a ré é responsável pelo custeio de todos os materiais utilizados no ato cirúrgico e no pós-operatório.

E se houve a cobrança de honorários médicos, tratados ou não, a responsabilidade é do plano de saúde, mormente quando autorizou o

procedimento com o médico que cobrou da autora. [fl. 222]

A partir desses trechos, exsurge a compreensão de que o Tribunal de origem ignorou o pleito quanto à procedência ou não de ver reconhecido o direito da recorrente de ver-se ressarcida perante os profissionais que realizaram de forma alegadamente indevida e ilícita de tais cobranças, já que os valores de R\$ 6.000,00 e R\$ 500,00 foram, conforme assevera, por eles - **profissionais de saúde que atenderam à paciente - diretamente cobrados, à revelia da recorrente, sem qualquer ingerência, influência ou anuência de sua parte**, questão essa que considera fundamental à demanda subjacente,

Instado por meio de aclaratórios, o Tribunal de origem rejeitou-os, sem enfrentamento dos temas neles suscitados, os quais são relevantes à solução da controvérsia, notadamente aquele que diz respeito ao julgamento da pretensão de ressarcimento pelos que deram causa à cobrança indevida.

O conhecimento do recurso especial, como é cediço, exige a manifestação da Corte de Justiça acerca da tese de direito arguida. A recusa em pronunciar um juízo de valor a respeito da questão federal impede o acesso da parte interessada à instância especial.

Assim, caracterizado o vício da omissão, impõe-se o reconhecimento de ofensa ao art. 1.022 do CPC, anulando-se o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração e determinando-se o retorno dos autos à origem para que seja sanada a negativa de pronunciamento apontada.

No mesmo sentido (grifo meu):

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. TAXA DE COOPERAÇÃO E DEFESA DA ORIZICULTURA. LEI ESTADUAL 12.685/06 VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. OCORRÊNCIA. AFRONTA AO ART. 19 DA LEI 8.028/90. QUESTÃO NÃO DECIDIDA DE FORMA CLARA E CONCLUSIVA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DEFICIENTE.

1. Havendo deficiência na prestação jurisdicional realizada no Tribunal de origem, é de se acolher a preliminar de violação do art. 535 do CPC para determinar o retorno dos autos para que sejam sanadas as omissões apontadas.

2. Da análise do acórdão recorrido, verifica-se que, não obstante o manejo de embargos de declaração pela parte sucumbente, não restou decidida de forma conclusiva a questão referente à violação do artigo 19 da Lei Ordinária n. 8.028/90 em face da inobservância à competência do Ministério da Fazenda para fiscalizar e controlar o comércio exterior.

3. Recurso especial provido. (REsp n. 1.214.312/RS, Relator o Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/4/2011, DJe 5/5/2011)

3. Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial a fim de anular o acórdão dos embargos de declaração. Determino o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que profira novo julgamento, pronunciando-se, como entender de direito, sobre as questões suscitadas pela embargante.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator